

## Editorial

# A difícil governabilidade do Brasil

Luciano Zanetti Pessôa Candiotto

No presente número de *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, o **Editorial** se limitará a alguns comentários a respeito da conjuntura deste segundo semestre de 2023. Como todos os artigos deste número são dedicados ao tema do **Dossiê “Povos indígenas e território”**, organizado por **Rafael Zilio**, a **Apresentação** do dossiê, escrita por ele, trará um breve panorama da questão indígena no país, além de comentários sobre cada artigo publicado.

Após um período marcado por preconceitos e por tentativas de criminalização e invisibilização de diversas reivindicações de movimentos sociais no Brasil, entre elas, as lutas dos povos indígenas, 2023 foi marcado por um novo “fôlego” para essas lutas. Contudo, elas continuam permeadas por riscos de retrocessos, haja vista a derrota parlamentar relacionada ao marco temporal para a demarcação e homologação de mais de mil terras indígenas, assim como a continuidade da ação de criminosos contra os povos indígenas, levando às mais diversas injustiças ambientais, territoriais, físicas e psicológicas.

Por outro lado, a organização dos povos indígenas tem sido exemplar. A capa deste número ilustra suas lutas, marcadas por contrarrazionalidades, insurgências e por uma racionalidade ambiental pautadas em outras ontologias, cosmologias e epistemo-

logias, que precisam ser reconhecidas e valorizadas pela sociedade e pelo Estado brasileiro.

Em um contexto de instabilidade da governabilidade do país, outros elementos políticos continuam influenciando a utilização de ecossistemas e de outros ambientes no Brasil. Apesar da mudança no comando do Governo Federal, alguns indicativos dos embates e acordos dentro das esferas dos Poderes Legislativo e Executivo têm sido emblemáticos. Sem contar com a influência do Poder Judiciário, sobretudo no que diz respeito às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

Conforme apontado nos editoriais de **AMBIENTES**, as dificuldades para se governar um país dominado por uma elite conservadora, reacionária e falso-moralista, com ampla representação política no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), têm implicado uma continuidade de aprovação de pautas antiambientais e antissociais levadas a cabo pelo Governo Bolsonaro. As dificuldades de negociação política entre o Executivo e o Legislativo, ou mesmo uma relativa convivência de governistas com decisões tomadas por uma maioria que continua atacando direitos de povos tradicionais e o que resta dos ecossistemas brasileiros, são nítidas.

Nos últimos dias, um dos indicadores mais emblemáticos de que a “boiada continua passando”, se manifestou na aprovação do “Pacote do Veneno” (Projeto de Lei nº 1.459/2022) pelo Senado Federal. Após ter sido aprovado na Câmara dos Deputados, o referido PL passou pelas Comissões de Agricultura (CRA) e de Meio Ambiente (CMA), antes de ser facilmente aprovado pelos senadores, tendo apenas um voto contrário. Além disso, o ritmo de liberação de agrotóxicos no Governo Lula continua acelerado e similar ao registrado nos quatro anos do Governo Bolsonaro. Até 07 de dezembro foram 500 novos produtos aprovados em 2023.

Com relação aos números do desmatamento no Brasil, os dados indicam uma redução de 50,5% do desmatamento na Amazônia (na comparação de 2023 com 2022), e de 59% no Bioma Mata Atlântica (entre janeiro de agosto de 2023). No entanto, as queimadas continuam sendo um grande problema para o país. Por outro lado, o desma-

tamento no Cerrado foi 21% maior entre janeiro e setembro de 2023, quando comparado com o mesmo período de 2022. O triste destaque é para a região de “Matopiba” – que compreende uma área de expansão agrícola entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – com 75% do total desmatado no Cerrado em 2023.

Apesar de pequenos avanços, o panorama ambiental brasileiro continua preocupante. Além dos diversos problemas gerados por ações diretas de degradação ambiental, pelo afrouxamento de normas e políticas públicas de proteção, pela ineficiente fiscalização e pelo ínfimo incentivo e promoção a formas de utilização mais racionais dos ambientes, as consequências dos eventos relacionados à questão climática (estiagens, ondas de calor, chuvas intensas, entre outros), desafiam a capacidade de resiliência do país, assim como de todo o Planeta Terra.

• • • • •

O falecimento do geógrafo e professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, membro da Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental [RP-G(S)A], foi um duro golpe para nós, para a Geografia brasileira e para movimentos sociais e ativistas das lutas contra injustiças ambientais. Dedicar este número a Carlos Walter, juntamente com a homenagem prestada por Marcelo Lopes de Souza, no Obituário, são um modesto reconhecimento de nossa gratidão. Carlos Walter é, e sempre será, uma inspiração para todos aqueles que lutam por um mundo melhor e mais justo. Seu legado permanece!

9

• • • • •

Em outubro de 2023, foi realizado, em Palmas (TO), o **XV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE)**, principal evento da Geografia brasileira. A cada edição, o ENANPEGE permite que tenhamos uma noção dos temas, abordagens e concepções trabalhados por pesquisadores e estudantes de mestrado e

de doutorado em Geografia. Entre os 75 Grupos de Trabalho (GTs), um grupo de pesquisadores da Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental [RP-G(S)A] ofereceu, pela terceira vez consecutiva, o GT **“Ecologia Política e Geografia Ambiental”**. Foram 34 trabalhos inscritos, tratando de assuntos variados e abrangendo diversos recortes espaciais brasileiros. Essa procura pelo referido GT indica um interesse crescente pelos estudos híbridos dentro da Geografia, e, também, que o GT já está consolidado no contexto dos ENANPEGES. Certamente, outros GTs também receberam trabalhos e promoveram debates preocupados com as inter-relações entre o natural e o social. Porém, desde 2019, isso tem sido central em nosso GT.

Vida longa ao GT **“Ecologia Política e Geografia Ambiental”**!